

PROCESSO CIVIL

Ação de indenização

♦ Inexistente débito com o ente público, o simples ajuizamento de ação de execução fiscal gera dano moral àquele que é apontado como executado. (151024)

Execução por título extrajudicial

♦ O Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo particular com o *parquet*, com estipulação de multa para o caso de não cumprimento da obrigação, é título executivo extrajudicial. (151021)

CIVIL E COMERCIAL

Permuta

♦ O fato de o contrato de permuta de bem imóvel ainda não ter sido devidamente registrado em cartório não confere a uma das partes a prerrogativa de desistir do negócio. (150982)

União estável

♦ Não é possível o reconhecimento de união estável se um dos conviventes mantém casamento civil, não estando comprovada a separação de fato antecedendo a relação posta em liça. (150813)

PENAL E PROCESSO

Legítima defesa

♦ A legítima defesa configura-se quando o agente repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito próprio ou alheio, usando moderadamente os meios necessários. (151043)

Uso de documento falso

♦ O crime de uso de documento falso é formal e configura-se com o simples uso como se verdadeiro fosse, tendo o agente conhecimento de tal circunstância. (151047)

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Greve

♦ Extrapola o limite do exercício do direito de greve o cerceamento do direito de ir e vir dos trabalhadores que não aderiram ao movimento paredista. (150783)

Quitação

♦ A quitação levada a efeito no termo de rescisão do contrato de trabalho tem eficácia liberatória apenas em relação às verbas lá discriminadas e em relação aos valores lá expostos. (150827)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Processo administrativo disciplinar

♦ O Termo de Indiciamento deve conter a descrição pormenorizada dos fatos, de forma a possibilitar o exercício do contraditório e da ampla defesa. (151050)

Terreno de marinha

♦ A citação dos interessados no procedimento demarcatório de terrenos de marinha e acrescidos, sempre que identificados, e certo o domicílio, deverá realizar-se pessoalmente. (150893)

TRIBUTÁRIO

Imposto de transmissão de bens imóveis

♦ O fato gerador do imposto de transmissão é a transferência da propriedade imobiliária, que somente se opera mediante registro no negócio jurídico no ofício competente. (150929)

Imposto predial e territorial urbano

♦ A remessa, ao endereço do contribuinte, do carnê de pagamento do IPTU é ato suficiente para a notificação do lançamento tributário do imposto. (150810)

PROCESSO CIVIL

Execução de alimentos

♦ Não localizado o promovente de ação de execução de alimentos no endereço informado nos autos, necessária a realização da intimação do autor pela via editalícia. (151033)

Penhora

♦ A mera discordância quanto ao valor estimado, pelo avaliador judicial, sem apoio em fundamento relevante e prova idônea, é de írrita importância para a reavaliação. (150993)

CIVIL E COMERCIAL

Compra e venda

♦ Sendo a simulação uma causa de nulidade do negócio jurídico, pode ser alegada por uma das partes contra a outra, com objetivo de declarar nula a compra e venda fictícia. (150952)

Registro civil

♦ O prenome pode ser modificado desde que tenha o registrado embasamento e motivo convincentes a autorizar, no plano jurídico, a alteração pretendida. (151030)

PENAL E PROCESSO

Habeas corpus

♦ O *habeas corpus* constitui meio idôneo para discutir a legalidade da medida cautelar de proibição de se manter contato com pessoa determinada. (151139)

Uso de documento falso

♦ O uso de documento falso constitui delito formal que para sua consumação não exige o efetivo proveito da conduta, bastando a simples apresentação. (151130)

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Responsabilidade solidária

♦ Responde a empresa tomadora de serviços, de forma solidária, em caso de terceirização ilícita, pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da prestadora de serviços. (150821)

Salário

♦ Por se tratar de parcela salarial de natureza precária, é possível a supressão dos abonos do salário se o ato extintivo não implicar em decesso remuneratório. (150771)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Desapropriação

♦ Na divergência de valores entre a perícia judicial e a perícia unilateral de uma das partes, é de rigor a sentença observar preferencialmente a prova produzida sob o contraditório. (150992)

Processo administrativo disciplinar

♦ Não há ilegalidade no cumprimento imediato da penalidade imposta a servidor público logo após o julgamento do PAD e antes do decurso do prazo para o recurso administrativo. (151051)

TRIBUTÁRIO

Imposto sobre serviços

♦ A não incidência do ISS sobre a locação de bens móveis decorre da impossibilidade do poder de tributar vir a modificar o conceito constitucional de serviço que provém do direito privado. (151145)

Imunidade tributária

♦ Não é necessário que a cada exercício fiscal a instituição tenha que ingressar em juízo para ter novamente reconhecido o seu direito à imunidade. (151107)